



ANEXO I - Despesas, Repasses e Receitas

Sigla: TRT 15ª Região
Nome do Órgão : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Autoridade Máxima: DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL
Responsável pela Informação : SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Mês de Referência (MM/AAAA) : 07/2024
Data da Publicação: 20/08/2024

Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	despesas com pessoal ativo	91.018.263,34
b	despesas com pessoal inativo e pensões	41.494.533,90
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	14.147.501,66
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência	0,00
	TOTAL	146.660.298,90

Inciso II – Outras Despesas de Custeio

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	12.196,79
b	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	5.307.798,91
c	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	731.741,74
d	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	9.399.972,14
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	522.647,95
f	Passagens e despesas com locomoção	83.392,95
g	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	557.373,86
h	aluguel de imóveis	2.154.274,35
i	Serviços de água e esgoto	154.601,06
j	Serviços de energia elétrica	863.270,64
k	Serviços de telecomunicações	44.164,95
l	Serviços de comunicação em geral	680.158,25
m	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	703.904,20
n	serviços de limpeza e conservação	1.953.241,53
o	serviços de vigilância armada e desarmada	1.579.984,13
p	Serviços de publicidade	975,60
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	2.427.006,28
r	Serviços de seleção e treinamento	186.095,75

s	Aquisição de material de expediente	11.462,50
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	3.998,00
u	aquisição de material bibliográfico	966,28
v	aquisição de combustíveis e lubrificantes	169.771,21
w	aquisição de gêneros alimentícios	4.582,80
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas 's' a "w"	66.237,68
y	serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	0,00
z	demais despesas de custeio	3.504.933,96
	TOTAL	31.124.753,51

Inciso III – Despesas com Investimentos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Construção e reforma de imóveis	0,00
b	Aquisição de Material Permanente - Veículos	0,00
c	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	0,00
d	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
e	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	11.762,00
	TOTAL	11.762,00

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras

Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
a	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	0,00
b	Outras inversões	0,00
	TOTAL	0,00

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de

Alínea	Discriminação dos repasses	Valores (R\$ 1,00)
a	Pessoal e Encargos	142.282.387,99
b	Custeio	27.403.191,58
c	Investimentos	706.206,50
d	Inversões Financeiras	0,00
	TOTAL	170.391.786,07

Inciso VI – Receitas

Alínea	Discriminação das receitas	Valores (R\$ 1,00)
a	recursos a título de custas judiciais	6.144.312,69
b	recursos a título de taxas judiciárias	65.353,95
c	recursos a título de serviços extrajudiciários	18.541,50
d	demais recursos conforme previsão em leis específicas	2.811.227,20
	TOTAL	9.039.435,34

FONTE: SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

LEI Nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

Nota Explicativa:

1. Demonstrativo das despesas realizadas no mês, ou seja, cujos empenhos foram liquidados nos termos do art.63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.